

Porque a interseccionalidade não pode esperar

✦ 05/10/2015 ✦ interseccionalidade, movimento feminista, mulher negra, racismo, tradução
Texto de Kimberlé Crenshaw. Publicado originalmente com o título: *'Why intersectionality can't wait'*
(<http://www.washingtonpost.com/news/in-theory/wp/2015/09/24/why-intersectionality-cant-wait/?postshare=5351443143466154>) no site do jornal *washingtonpost.com* em 24/09/2015. Tradução de Bia Cardoso para as *Blogueiras Feministas*.



(<http://www.washingtonpost.com/news/in-theory/wp/2015/09/24/why-intersectionality-cant-wait/?postshare=5351443143466154>).

Mulheres lamentam a morte de Sandra Bland na *DuPage African Methodist Episcopal Church* na cidade americana de Lisle. Foto de AP Photo/Christian K. Lee
(<http://www.washingtonpost.com/news/in-theory/wp/2015/09/24/why-intersectionality-cant-wait/?postshare=5351443143466154>).

A interseccionalidade já era uma realidade vivida antes de virar um termo.

Hoje, quase três décadas depois que dei pela primeira vez um nome ao conceito, o termo parece estar em toda parte. Mas, se as mulheres e meninas negras e de outras raças etnias continuam sendo esquecidas nas sombras, algo vital para a compreensão da interseccionalidade foi perdido.

Em 1976, Emma DeGraffenreid e várias outras mulheres negras processaram a General Motors (http://www.leagle.com/decision/1976555413FSupp142_1520/DEGRAFFENREID%20v.%20GENERAL%20MOTORS%20ASSEMBLY%20DIV.,%20ETC.) por discriminação, argumentando que a empresa segregava sua força de trabalho por raça e gênero: pessoas negras faziam um tipo de trabalho e pessoas brancas outro. De acordo com as experiências das demandantes, as mulheres eram convidadas para se candidatar a alguns postos de trabalho, enquanto apenas os homens eram adequados para outros. Este era, naturalmente, um problema em si mesmo, mas para as mulheres negras as consequências foram agravadas. Veja bem, os empregos para pessoas negras eram postos de trabalho para homens, e os empregos disponíveis para mulheres eram apenas para pessoas brancas. Assim, um homem negro poderia se candidatar e ser contratado para trabalhar no chão da fábrica, mas no caso do candidato a vaga ser uma mulher negra, ela não seria nem considerada. Da mesma forma, uma mulher poderia ser contratada como secretária se ela fosse branca, mas não teria nenhuma chance de conseguir esse emprego caso ela fosse negra. Nem um nem outro, nem os postos de trabalho destinados aos negros e nem

os empregos das mulheres eram adequados para as mulheres negras, uma vez que elas não eram nem homens e nem brancas. Essa não é uma discriminação explícita, mesmo que alguns negros e algumas mulheres fossem contratados?

Infelizmente, para DeGraffenreid e milhares de outras mulheres negras, o tribunal indeferiu as suas reivindicações. Por quê? Porque o tribunal acredita que as mulheres negras não devem ser autorizadas a juntar suas reivindicações raciais e de gênero em uma única reclamação. Porque elas não puderam provar que o que aconteceu com elas foi como o que aconteceu com as mulheres brancas ou homens negros. A discriminação que aconteceu com essas mulheres negras foi negligenciada, escorregou entre os dedos.

Foi pensando em porque uma “grande falha” como essa pôde ter acontecido dentro da complexa estrutura da lei antidiscriminação que o termo “interseccionalidade” nasceu. Sendo uma jovem professora de Direito, eu queria definir esta profunda invisibilidade em relação à lei. Discriminação racial e de gênero estão sobrepostas, não só no local de trabalho, mas em outras arenas da vida igualmente significativas, estes fardos eram quase completamente ausentes nas defesas feminista e antirracista. Então, a interseccionalidade foi minha tentativa de propor ao feminismo, o ativismo antirracista e a lei antidiscriminação fazerem o que eu achava que deveriam fazer: realçar as múltiplas vias através das quais a opressão racial e de gênero são vivenciadas, para que os problemas possam ser discutidos e compreendidos de maneira mais fácil.

Interseccionalidade é uma sensibilidade analítica, uma maneira de pensar sobre a identidade e sua relação com o poder. Articulada originalmente em favor das mulheres negras, o termo trouxe à luz a invisibilidade de muitos cidadãos dentro de grupos que os reivindicam como membros, mas que muitas vezes não conseguem representá-los. O apagamento interseccional não é exclusivo das mulheres negras. Pessoas negras ou de outras raças/etnias dentro dos movimentos LGBT; meninas negras ou de outras raças/etnias na luta contra o sistema que empurra os jovens da escola para a cadeia; mulheres nos movimentos de imigração; mulheres trans dentro dos movimentos feministas; e as pessoas com deficiência lutando contra o abuso policial — todas essas pessoas sofrem vulnerabilidades que refletem as interseções entre racismo, sexismo, opressão de classe, transfobia, capacitismo e muito mais. A interseccionalidade deu a muitas dessas pessoas uma forma de destacar as suas circunstâncias e lutar por sua visibilidade e inclusão.

A interseccionalidade tem sido a bandeira sob a qual muitas demandas para a inclusão estão sendo feitas, mas um termo não pode fazer mais do que aqueles que o utilizam têm o poder de exigir. Então, sem surpresas, a interseccionalidade gerou a sua cota de debate e controvérsia.

Os conservadores têm pintado aqueles que praticam a interseccionalidade como pessoas obcecadas com as “políticas de identidade”. Claro que, como mostra o caso DeGraffenreid, interseccionalidade não é apenas sobre identidades, mas também sobre as instituições que usam a identidade para promover exclusão e privilégios. Quanto melhor entendermos como as identidades e o poder trabalham juntos de um contexto para outro, menor a probabilidade de nossos movimentos para a mudança sofrerem fraturas.

Outros acusam a interseccionalidade de ser muito teórica, de ser “muita conversa e nenhuma ação”. Para essas pessoas, eu digo que temos proposto “conversar” sobre igualdade racial desde a época da escravidão e ainda não estamos nem perto de concretizá-la. Em vez de culpar as vozes que colocam luz sobre os problemas, precisamos examinar as estruturas de poder que resistem com tanto sucesso as mudanças.

Alguns argumentam que a proposta interseccional cria uma atmosfera de intimidação e “verificação de privilégios”. Reconhecer privilégios é difícil — especialmente para quem também sofre vivências de discriminação e exclusão. Ao passo que mulheres brancas e homens negros também sejam vítimas de discriminação, muitas vezes as suas experiências são tidas como o único ponto de partida para todas as conversas sobre discriminação. Ser a frente ou o centro em conversas sobre racismo ou sexismo é um privilégio complicado que muitas vezes é difícil de ver.

Embora o recente [apelo do presidente para apoiar as mulheres negras](http://www.washingtonpost.com/news/post-politics/wp/2015/09/20/obamas-call-to-lift-up-black-women-gets-applause-but-some-want-specific-plan/) (<http://www.washingtonpost.com/news/post-politics/wp/2015/09/20/obamas-call-to-lift-up-black-women-gets-applause-but-some-want-specific-plan/>) tenha sido louvável, o comprometimento com ações interseccionais exige medidas concretas para identificar as barreiras à igualdade enfrentadas por mulheres e meninas negras ou de outras raças/etnias na sociedade norte-americana.

A interseccionalidade por si só não tem o poder de trazer corpos invisíveis à vista. Meras palavras não vão mudar a maneira que algumas pessoas — os membros menos visíveis de círculos eleitorais políticos — devem continuar esperando por líderes, tomadores de decisão e outros que visibilizem suas lutas. No contexto da identificação das disparidades raciais que ainda afligem nossa nação, ativistas e outras partes interessadas devem aumentar a conscientização sobre as dimensões interseccionais da injustiça racial, que precisam ser resolvidas para melhorar a vida da juventude negra e de outras raças/etnias.

É por isso que continuamos o trabalho da [Campanha #WhyWeCantWait](http://www.aapf.org/get-involved/) (<http://www.aapf.org/get-involved/>), querendo abordagens holísticas e inclusivas para a justiça racial. É por isso que “*Say Her Name*” continua a chamar a atenção para o fato de que as mulheres também são vulneráveis a perder suas vidas nas mãos da polícia. E, é por isso que milhares concordaram que a tragédia em Charleston demonstra a nossa necessidade de sustentar uma visão de justiça social que reconheça as maneiras com as quais o racismo, sexismo e outras desigualdades trabalham em conjunto para a todos corroer. Nós, simplesmente, não temos o luxo de construir movimentos sociais que não sejam interseccionais, nem podemos acreditar que estamos fazendo um trabalho interseccional apenas dizendo palavras.

Autora

Kimberlé Crenshaw é diretora executiva da [African American Policy Forum](http://www.aapf.org/kimberle-crenshaw/) (<http://www.aapf.org/kimberle-crenshaw/>) e professora de Direito nas Universidades de Columbia e Califórnia. Twitter: [@sandylocks](https://twitter.com/sandylocks) (<https://twitter.com/sandylocks>).



Publicado por BLOGFEM

Somos mulheres de vários estados e de vários jeitos. [Ver todos os posts por BlogFem](#)

[eLightUp](#).